

O indianismo e o problema da identidade nacional em *A lágrima de um Caeté*, de Nísia Floresta *

Stélio Toquato Lima **

Resumo

Escrita em fevereiro de 1849, a obra A lágrima de um caeté traz um interessante retrato da Revolução Praieira (1848-1850), última das rebeliões provinciais de caráter separatista que abalaram o Segundo Reinado. Na obra, a adesão da voz poética aos heróis da Revolução Praieira manifesta a aspiração republicana da autora, a potiguar Nísia Floresta (1810-1885), representando, em alguns aspectos, uma contestação ao projeto político e nacional defendido por D. Pedro II. Nesse processo, a obra evidencia o problemático contexto de nossa identidade nacional na primeira metade do século XIX.

Palavras-chave

Revolução Praieira; identidade nacional; A lágrima de um caeté; Nísia Floresta.

Abstract

Written in February 1849, the long poem A lágrima de um caeté shows an interesting literary representation of Praieira Revolution (1848-1850), the last of the provincial separatist rebellions that shook the Second Empire in Brazil. In this poem the link between the poetic voice and the Praieira's heroes expresses the republican aspiration of the authoress, the northeast journalist and writer Nísia Floresta (1810-1885). It represents, in some aspects, her contestation to the national project defended by Emperor D. Pedro II. In this process the text shows clearly the problematic context of our national identity in the first half of the nineteenth century.

Keywords

Praieira Revolution; national identity; A lágrima de um caeté; Nísia Floresta.

* Artigo recebido em 21 de fevereiro de 2013 e aprovado em junho de 2013.

** Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor efetivo do Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde está vinculado ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Introdução

A onda de ufanismo que acompanhou o processo de nossa Independência fez com que a primeira metade do século XIX representasse um momento ímpar em termos de construção da identidade nacional. Não obstante, esse foi também um período em que a bandeira do separatismo era bafejada por ventos que agitavam as paragens brasílicas, evidenciando um contexto de identidade nacional problemática (cfe. MORAES, 1991, p. 170). Nosso país atravessava sérias crises de ordem política, as quais eram, em grande parte, fomentadas pelas disputas por cargos públicos entre liberais e conservadores. Nesse contexto, eclodiram levantes de caráter republicano durante o período regencial (1831-1840) e os primeiros anos do Segundo Reinado, entre os quais: a Cabanagem, no Pará (1835 a 1840); a Sabinada, na Bahia (1837 a 1838); a Balaiada, no Maranhão (1838 a 1841); a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835 a 1845) e a Revolução Praieira, em Pernambuco (1848 a 1850).

A Revolução Praieira, como vários outros levantes separatistas do período monárquico, teve sua origem nas disputas políticas entre oligarquias provinciais. No caso da Praieira, os dois lados desse conflito eram representados pelos gabirus e praieiros, que denominavam, respectivamente, os membros do partido Conservador e os militantes do Partido Nacional de Pernambuco, fundado em 1842 como uma facção do Partido Liberal Pernambucano. Como explicam vários pesquisadores que se dedicaram à análise do levante (cfe. MELLO, 1978; NABUCO, 1997; LIMA SOBRINHO, 1948; QUINTAS, 2004), uma das causas imediatas da Revolução Praieira foi a destituição, por D. Pedro II, do governador de Pernambuco Chichorro da Gama, que era simpático aos praieiros. Seguindo a tradição local, o conservador Herculano Ferreira Pena, ao ser nomeado para o lugar de Chichorro da Gama, promoveu uma renovação maciça de cargos, o que implicou na demissão dos funcionários que tivessem algum vínculo com o partido derrotado.

O recrudescimento das animosidades entre os gabirus e os praieiros os levou, inevitavelmente, ao embate armado, que teve início no dia 7 de novembro de 1848. A notícia do enfrentamento entre liberais e as tropas do governo provocou imediata reação da Corte, que não apenas decidiu reforçar as fileiras imperiais, como resolveu substituir Herculano Pena enquanto presidente de Pernambuco, nomeando para o cargo o desembargador Manuel Vieira Tosta, que chegou a Recife no Natal de 1848.

Figura enérgica e impiedosa, Vieira Tosta comandou as forças imperiais em uma perseguição violenta e impiedosa aos praieiros. Nesse processo, o governador impôs uma rápida derrota aos líderes do movimento, a começar pelo político Nunes Machado, que foi morto já nos primeiros combates. Em 31 de março de 1849, Borges da Fonseca foi preso no Cabo, município localizado a cerca de 40km ao sul de Recife. Pedro Ivo ainda resistiu por algum tempo, mas acabou entregando-se, sendo conduzido para a Fortaleza da Laje, na entrada da Baía da Guanabara. Conseguindo escapar da prisão, tentou fugir para a Europa depois de ficar um tempo escondido, vindo a falecer a bordo do navio que o transportava.

Questão polêmica a respeito do levante praieiro diz respeito à condição dos líderes do movimento enquanto representantes dos interesses do povo: se, por um lado, autores como Joaquim Nabuco (Ver NABUCO, 1997) acentuaram a condição dos praieiros como representantes políticos do povo, outros contestaram essa representatividade. Esse é o caso do general Mello Rego, que participou da Revolução em questão. Na obra *A Revolução Praieira* (REGO, 1899), ele ressalta que tanto os praieiros como seus adversários representavam os interesses das “principais famílias” de Pernambuco e não das camadas populares. Também o deputado praieiro Urbano Sabino Pessoa de Mello, em sua obra *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*, escrita em 1849, afirma que a motivação fundamental dos praieiros ao combaterem as tropas imperiais foi a defesa de suas propriedades, as quais eram alvo da cobiça da oligarquia Rego Barros-Cavalcanti. Portanto, longe da defesa das demandas populares, interessava aos praieiros, sobretudo, a satisfação dos próprios interesses.

Situando-se numa posição intermediária entre esses dois extremos, Marcus de Carvalho (CARVALHO, 2003) descortina um cenário de extrema opressão sobre os setores populares, principalmente nas zonas rurais, onde era comum os trabalhadores serem forçados tanto a votar segundo as orientações dos patrões como a participar dos exércitos particulares que os proprietários de terra costumavam formar para garantir seus interesses:

Nas vilas e povoações do interior, a ameaça de recrutamento, prisão e espancamento desencorajavam atitudes independentes. No campo, há muito se sabia que tanto lavradores quanto moradores de condição tinham apenas uma precária posse da terra. Em troca de seu uso era exigida obediência. [...]. Votar no candidato do senhor [...] não envolvia um risco de vida direto. Da perspectiva da população rural, a situação se complicava muito quando o dono da terra exigia a participação em manobras militares [...]. Isto era particularmente problemático numa província ensanguentada pela Insurreição de 1817, pela Confederação do Equador (1824) e pela Cabanada (1832-35). Mortes, fome, castigos corporais, humilhações diversas e

o recrutamento dos envolvidos deviam estar frescos na memória popular em 1848. Era preciso pesar bem as vantagens e desvantagens da obediência (CARVALHO, 2003, p. 219-220).

A despeito disso, o autor defende que nem todos os combatentes vindos das camadas populares ingressaram na Praieira por imposição de seus padrões: alguns foram atraídos pelos lucros financeiros que poderiam auferir com o engajamento nas fileiras. Dessa forma, a dimensão político-popular do levante fica abalada no que diz respeito a uma identificação da Revolução Praieira como um movimento orientado pela defesa das causas populares. Nesse contexto, importa lembrar que apenas uma bandeira praieira coincidia com os interesses do povo recifense, que se via oprimido pelo desemprego e pelo monopólio do comércio local pelos lusitanos: a defesa da nacionalização do comércio a retalho. Nessa perspectiva, Marcus de Carvalho afirma que

Dizer que os praieiros eram lídimos representantes dos anseios populares é um exagero desnecessário. Na realidade, o que havia entre as lideranças partidárias e as lideranças das camadas subalternas era uma convergência de interesses conjunturais, levando mediadores entre o mundo do trabalho livre e uma facção das elites locais a agirem em conjunto, mas sem perderem o vínculo com suas respectivas bases. (CARVALHO, 2003, p. 230-231).

De toda forma, ainda que se recuse a ideia de que o conjunto das reivindicações dos praieiros se constitísse em um “programa democrático avançado para a época” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 72), importa ressaltar que, mesmo derrotada, a Revolução Praieira foi importante por difundir, através do Manifesto ao Mundo de 1º de janeiro de 1849, algumas ideias socialistas e algumas reivindicações que tinham como propósito modernizar as instituições políticas, como a do sufrágio universal, a independência entre os poderes executivo, legislativo e judiciário e a liberdade de imprensa. Houve, ainda, uma intensa propagação dos ideais republicanos. Além disso, o levante expôs a imensa fratura entre a elite econômica e a camada mais pobre da população. É, no entanto, o movimento que marca o fim de uma era para Pernambuco, que, com a substituição do ciclo da cana-de-açúcar pelo do café, cedeu lugar, como centro econômico, para as províncias do Sudeste, principalmente São Paulo (Cf. REZENDE, 1995, p. 38).

É movida por uma indisfarçável simpatia por esse movimento de caráter liberal e separatista que a escritora potiguar Nísia Floresta (1810-1885) irá produzir *A lágrima de um caeté*, poema épico escrito em fevereiro de 1849, logo após a morte de Nunes Machado, um dos líderes praieiros.

Portanto, o objetivo deste trabalho é demonstrar como a adesão afetiva da voz poética de *A lágrima de um caeté* aos heróis da Revolução Praieira, importante conflito social de caráter separatista do Segundo Império, anuncia o desejo da escritora de se contrapor ao grupo político dominante. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o indianismo foi utilizado por Nísia Floresta como um modelo estruturante de um discurso através do qual a autora expressa sua posição política.

2. A Revolução Praieira como motivação de *A lágrima de um Caeté*

Nísia Floresta surge para o mundo das letras num cenário de dependência da intelectualidade brasileira (ainda incipiente) à elite econômica (Ver SODRÉ, 1995, p. 200; MACHADO, 2001, p. 99) e num momento em que era negado à mulher o direito de expressão pela escrita (cfe. QUINTANEIRO, 1996; TELLES, 2002, p. 403). O ano era 1831 e Nísia iniciava-se como colaboradora de um jornal voltado para o público feminino. A partir daí, ela dará início a uma atividade intelectual intensa, sempre marcada pelo pioneirismo (Ver GRILO, 1989, p. 84; MACHADO, 2001, p. 259) e pela ousadia em enfrentar o preconceito e a intolerância que caracterizavam a sociedade brasileira, o que faz com que ela represente um incômodo para o conservadorismo da sociedade brasileira, tal como se observa por meio da seguinte afirmação de Gilberto Freyre:

Nísia Floresta surgiu – repita-se – como uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio de homens a dominarem sozinhos todas as atividades extradomésticas, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas que eram quase histórias do Troncoso, causa pasmo ver uma figura como a de Nísia (FREYRE, 1985, p. 109).

Uma evidência do desconforto causado pela atividade intelectual de Nísia Floresta pode ser observada a partir das censuras que sua obra *A lágrima de um caeté* sofreu por parte de representantes do império.

Escrita em fevereiro de 1849, logo após a morte de Nunes Machado em combate contra as tropas de D. Pedro II, *A lágrima de um caeté* evidencia a ligação afetiva de Nísia Floresta com os praieiros. A combinação de uma série de fatores, como informa Duarte (1995), ajuda a explicar essa simpatia de Nísia Floresta pelo levante pernambucano: de um lado, antes da eclosão do levante, quando havia residido no Rio Grande do Sul, a autora já se mostrara simpática ao movimento farroupilha, que trazia aspirações republicanas como a insurreição pernambucana. De outro, laços afetivos

ligavam a escritora potiguar a Pernambuco, lugar onde havia morado por vários anos e onde nasceu sua filha, Lívia Augusta. É também oportuno lembrar que o líder praieiro Nunes Machado fora colega de classe do esposo de Nísia no curso de bacharelado em Direito da Academia de Olinda.

Não por acaso, os primeiros leitores da referida obra, a propósito, perceberam de imediato a importância que a questão praieira detinha no texto, o que explica por que o poema passou a ser conhecido como *Poesia sobre a Revolução Praieira* (Cf. CÂMARA, 1941, p. 123). A identificação do livro com a insurreição pernambucana também explica a repercussão que *A lágrima de um caeté* obteve ao ser publicado: tratando de um tema que interessava bastante aos simpatizantes do partido liberal naquele momento, o trabalho de Nísia Floresta teve suas duas primeiras edições rapidamente esgotadas. Nesse processo, o interesse pela obra por parte dos leitores começou a decrescer na mesma medida em que arrefecia o impacto do levante junto à corte.

Semelhante ao público, as autoridades ligadas ao partido conservador também perceberam de pronto o papel que a Revolução Praieira detinha como elemento motivador de *A lágrima de um caeté*. Nesse contexto, identificando na obra algumas ideias ofensivas ao ideário conservador e, por conseguinte, à figura de D. Pedro II, essas autoridades não hesitaram em censurar trechos de *A lágrima de um caeté* antes que esta fosse publicada, como informa o prefácio do poema:

O infeliz Caeté, apesar de ter chegado a esta corte no mês de Fevereiro logo depois da revolta dos *Rebeldes* em Pernambuco, é somente agora que lhe permitiram aparecer, e isto depois de o terem feito passar por mil torturas inquisitoriais!... Graças à benfazeja mão, que o fez renascer, qual Fênix, das cinzas a que o haviam ou queriam reduzir! (AUGUSTA, 1997, p. 35).

A reação dos censores imperiais, portanto, foi motivada pela clara simpatia que o poema manifestava em relação ao levante ocorrido em Pernambuco entre novembro de 1848 e janeiro de 1850. Essa simpatia é evidenciada no poema através da identificação dos praieiros como defensores e mártires da pátria, enquanto às tropas imperiais é reservado o papel de antagonistas da liberdade. Nessa perspectiva, a obra de Nísia Floresta veio a filiar-se à tradição antimonárquica de Pernambuco, a qual se destacou através da eclosão de seguidos levantes políticos de cunho republicano naquele Estado.

Não obstante a questão praieira configurar-se no principal fator motivador de *A lágrima de um caeté*, é oportuno destacar que o levante pernambucano só passa a ser

objeto de representação na segunda parte do poema nisiano. Na primeira metade da obra, o foco recai sobre o período da colonização brasileira, apresentando como personagens centrais um índio da nação caeté e o colonizador português, que figura no texto como opressor do nativo. Este, tendo sido despojado de seus bens e de seus entes queridos pelo invasor europeu, vaga sem direção, lamentando a perda de seu passado feliz em plena selva. Seu único alento é ver a submissão dos portugueses ao trono espanhol e aos holandeses, bem como o destino cruel reservado a dois líderes índios que se associaram aos lusitanos: o tabajara Tapeirá, alvo de uma maldição divina, e o potiguar Felipe Camarão, que morrera em confronto com os holandeses e cujo nome seria esquecido pela História.

Na primeira parte do poema nisiano, portanto, a questão indianista ocupa um lugar de destaque. Nesse contexto, o viés indianista se constitui como a base a partir da qual a voz poética engendra sua ligação com os praieiros, numa identificação patriótica entre o caeté e o líder separatista Nunes Machado. Assim, enquanto protagonista do trecho inicial do poema nisiano, o índio caeté é retratado na obra em foco a partir de três níveis crescentes de representatividade: como membro de uma nação indígena em dissolução, como porta-voz de todas as nações indígenas brasileiras e, por fim, como símbolo da nação brasileira. Em todos esses níveis, a personagem se insere no âmbito de uma avaliação crítica do período colonial, encenando o estado de submissão dos brasileiros sob o despotismo do império português.

3. A aproximação entre indianismo e republicanismo em *A lágrima de um Caeté*

Em *A lágrima de um caeté*, o índio, como figura que representa a nação, incorpora novas questões à crítica que efetua ao discurso do colonizador. Não mais limitado ao resgate da dignidade da nação caeté, o índio situa o questionamento sobre sua identidade em níveis mais profundos, alcançando uma revisão do conceito de povo: para o herói nisiano, esse termo não se aplica à massa amorfa, destituída de vontade e incapaz de intervir e conduzir seu destino. É nessa perspectiva que esse herói denuncia que a opressão do colonizador resultou na impossibilidade de os índios brasileiros serem reconhecidos verdadeiramente como um povo:

E dá que de vulcão medonha horrível
A cratera se expanda abrasadora
Para o povo engolir, que a nós de povo
O nome até roubou-nos... extinguiu! (AUGUSTA, 1997, p. 44).

A partir dessa perspectiva, o caeté propõe um novo entendimento sobre a natureza da brasilidade: para um indivíduo ser considerado brasileiro, não basta ter nascido ou residir no Brasil, pois a brasilidade se afirma a partir da ostentação de virtudes confirmadoras da sua condição de brasileiro. É nesse sentido que o caeté não hesita em denominar como um antibrasileiro o presidente da província de Pernambuco, Manuel Vieira Tosta, cujo governo foi marcado pela crueldade com que tratou os praieiros:

[Manuel Tosta] Se diz Brasileiro, mas deste não tem
Humano sentir, que da Divindade
Nos vem com o fogo de mor liberdade
Que os homens eleva, distingue as nações.

- Não chores, ó Caeté, o Amigo teu!
Nas falanges de livres Brasileiros
Combatendo mostrou à Pátria, ao mundo
Que as honras desprezava.

As honras, que a vil preço vão comprando
Os anti-Brasileiros... Patricidas!...
Do infame interesse vis idólatras,
O que foram esquecem! (AUGUSTA, 1997, p. 49).

A inserção do levante praieiro no poema nisiano, portanto, desloca a discussão sobre a identidade nacional para bases mais amplas e complexas. Diante disso, a nação que se faz representar na figura do índio é uma pátria desejosa de construir sua identidade em bases diferentes daquelas que lhes são impostas pelo estrangeiro. O caeté e o líder praieiro, nesse contexto, são os protagonistas de uma pátria em processo de construção de uma nova ordem identitária, erigida num quadro de cultura transplantada.

O ajuste entre a figura do caeté e a do líder praieiro, a despeito de suas diferenças culturais, só é possível devido a algumas correspondências instauradas pela voz poética de *A lágrima de um caeté*. O processo de identificação entre Nunes Machado e o nativo brasileiro, por exemplo, se afirma no texto a partir da definição de um elemento opressor comum a essas personagens: o invasor luso. Ademais, como a voz poética enfatiza, Nunes Machado se confessa um descendente dos caetés, reforçando os laços de identidade entre o índio e o herói praieiro:

Dos bravos Caetés [Nunes Machado] se diz descendente,
Sua triste raça jurou de vingar...
Desde lá do berço aprendeu a amar
O triste oprimido; dele é defendente. (AUGUSTA, 1997, p. 45).

Nesse processo, a voz poética associa a luta dos praieiros à luta do caeté contra o colonizador português. Logo na abertura da segunda parte, por exemplo, o brado dos praieiros manifesta o seu vínculo com os índios brasileiros:

De repente troar ao longe ouviu-se
Da artilharia o fogo... e de milhares
De peitos Brasileiros sai o brado,
Simulando o trovão, que o raio manda
- Eia! avante! guerreiros libertemos
A terra dos Caetés, a terra nossa! - (AUGUSTA, 1997, p. 45).

A construção dos laços de identidade entre o caeté e o líder praieiro é também uma forma de o eu-lírico definir seu ponto de vista sobre a “brasilidade”: para o sujeito poético, os verdadeiros representantes da pátria brasileira são os índios e os praieiros, e não os colonizadores e os homens do império. A demarcação feita pela voz poética para distinguir as personagens protagonistas das antagonistas, assim, se efetua a partir de uma ideia de nação. Ou seja, a classificação das personagens em dois grupos claramente opostos também corresponde a um discurso sobre a nação, considerando-se que enquanto o grupo formado pelo caeté e pelos praieiros é identificado com o epíteto de brasileiros, o grupo que a este se opõe reúne personagens caracterizadas ora como estrangeiros, ora como antibrasileiros.

A respeito de Nunes Machado, a propósito, é oportuno lembrar que a voz poética procura situar o vínculo deste com a figura do índio também na consanguinidade. Nas palavras expressas do texto, o próprio Nunes Machado se define como um descendente dos caetés. A voz poética, assim, localiza na figura do nativo brasileiro, personagem reiteradamente louvada na primeira parte da obra, a fonte de todas as virtudes do líder praieiro. Ou seja, assim como os índios têm na natureza a origem de suas qualidades morais, o líder praieiro herda dos índios os atributos que lhe enobrecem o caráter. Dessa forma, sendo o caeté uma figura que remete ao praieiro, observamos que o modelo indianista atende às intenções ideológicas da voz poética, pois permite a esta expressar seu posicionamento político em relação ao levante praieiro.

4. Contradições na Irmandade Índio e Praieiros em *A lágrima de um Caeté*

Conforme já mencionado, a Revolução Praieira, apesar de constituir um elemento motivador de *A lágrima de um caeté*, só passa a ser objeto de representação na segunda parte da obra. É também importante acentuar que apenas um pequeno trecho da

totalidade do poema é destinado à descrição do levante pernambucano. Soma-se a isso o fato de que o poema nisiano traz apenas referências esparsas a episódios e a personagens do movimento praieiro, negando ao leitor um detalhamento das bases sócio-históricas em que a insurreição se processou.

Sem se ater à exposição (pelo menos direta) dos dados históricos sobre a Revolução Praieira, a voz poética de *A lágrima de um caeté* se esmera principalmente em situar os índios caetés e os praieiros como se estivessem em um mesmo patamar ideológico, e se limita a enfatizar, de modos diversos, a oposição entre a bravura e o amor à pátria dos praieiros e a truculência e o autoritarismo dos representantes do império. Em relação às personagens do levante pernambucano, pouquíssimas são aludidas no texto. A rigor, salvo uma breve referência ao chefe da polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, somente duas personagens da Revolução Praieira merecem atenção da voz poética, as quais representam os lados opostos do embate: o líder praieiro, Nunes Machado, e o governador de Pernambuco, Manuel Vieira Tosta.

Diante dessa escassez de dados históricos sobre a Revolução Praieira e do pequeno espaço que a descrição do levante ocupa na obra, como podemos justificar que o movimento praieiro constitui o principal fator motivador de *A lágrima de um caeté*? É possível afirmar, de antemão, que a resposta a essa pergunta está no fato de que a questão indianista, dominante na primeira parte do poema, se revela como um meio através do qual o sujeito poético expressa seu ponto de vista sobre a identidade nacional. Ou seja, a associação do período da colonização ao embate praieiro contra o Império não apenas erige um quadro de opressão que se perpetua no tempo, mas assinala, através da identidade entre índio e praieiros, que o indianismo de *A lágrima de um caeté* constitui um elemento essencial no texto, visando fundamentalmente expressar o posicionamento ideológico da voz poética.

Sem o desabono das intenções libertárias da voz poética, importa ressaltar que o poema nisiano é marcado por desajustes na representação das personagens e por eventos que compõem a narrativa, o que leva a uma problematização dessas intenções. Tratam-se, entre outras questões, de contradições, imprecisões e “esquecimentos” da voz poética que demonstram fraturas na associação entre o índio e o líder praieiro e problematizam o discurso da identidade nacional em *A lágrima de um caeté*.

A partir das diferenças culturais entre índios e praieiros, por exemplo, evidencia-se um desajuste da identidade que a voz poética efetua entre as figuras do caeté e de

Nunes Machado. As personagens, como vimos, estão ligadas no poema tanto pelos laços de consanguinidade como pelo ideário político, que representa, no texto, a “brasilidade”. Opõem-se, assim, à cultura alienígena, figurada no texto pelas pessoas do colonizador, de Vieira Tosta e de D. Pedro II, a despeito de os dois últimos terem nascido no Brasil.

A diferença cultural entre o caeté e Nunes Machado é óbvia: de um lado, o selvagem, possuidor de uma cultura tão milenar quanto primitivista; de outro, um jurista e político de reconhecido talento intelectual junto a seus pares. É assim que o poema de Nísia o descreve ao fazer referência à sua “voz enérgica em prol da Pátria/ [que] Inda soa a Tribuna” (AUGUSTA, 1997, p. 49). Portanto, fica bastante evidente que a cultura de Nunes Machado, formada no meio acadêmico e no embate diário com as leis, tem suas raízes na civilização ocidental, que é descrita na primeira parte do poema como um elemento de oposição ao saber do índio, cuja fonte é a natureza. De maneira semelhante, a cultura de Nunes Machado está ligada à mesma religião cristã, que é apresentada no primeiro trecho da obra como um instrumento a serviço do colonizador no processo de extermínio da cultura do índio.

Além da diferença cultural, índio e praieiro também se distanciam no tocante às motivações do embate contra o estrangeiro. O caeté busca vingar-se do colonizador, que o destituiu das pessoas amadas e dos bens naturais. Dessa forma, o aborígine sonha em restituir o mundo paradisíaco em que vivia antes da chegada do invasor europeu. Já a luta de Nunes Machado, enquanto líder do partido praieiro, tem como finalidade afastar seus adversários políticos dos espaços administrativos de Pernambuco e, por extensão, de toda a nação brasileira. Trata-se, assim, de um embate que tem como foco o poder gerencial e racionalmente constituído representado pela urbe, e não o poder mítico e mágico identificado com o mundo natural do nativo.

Nada garante, portanto, que a vitória do partido praieiro promova qualquer mudança na situação do índio, pois é outro o foco dos praieiros, a despeito das sucessivas aproximações que a voz poética do poema nisiano estabelece entre essas personagens. É esse, a propósito, o teor da advertência que a figura alegórica da Realidade dirige ao índio:

Em campo ei-lo agora com as armas na mão
Mas seja um partido, ou outro que vença
A tua ventura não creias farão!
São outros seus planos, outra a sua crença (AUGUSTA, 1997, p. 53).

O texto assinala, pois, o dissídio entre os interesses do índio e dos praieiros, o que implica na problematização do papel de Nunes Machado como representante político do silvícola. Ao mesmo tempo, a percepção das imprecisões na correspondência entre essas duas personagens expõe a debilidade da visão dualista e maniqueísta que rege a composição de *A lágrima de um caeté*. Essa visão, como vimos, se expressa na distribuição das personagens em dois grupos bem demarcados: os brasileiros, a quem a voz poética atribui toda a virtude, e os antibrasileiros, em quem a voz poética não enxerga nenhum bem. Todavia, a existência de diferenças entre o caeté e o líder praieiro demonstra o equívoco de pensar cada um desses grupos monoliticamente, impondo a necessidade de uma busca pelas especificidades das personagens que pertencem a um mesmo grupo.

Portanto, é nítida em *A lágrima de um caeté* a presença de contradições que problematizam as pretensas intenções humanitárias da voz poética. Há, na obra, silêncios, imprecisões e contradições, os quais são reveladores de uma dificuldade do sujeito poético em pensar um modelo de identidade que contemple a nossa diversidade étnica, linguística e cultural.

É preciso insistir, porém, que esses desajustes, longe de significarem um problema em termos de representação da nação, fazem-se relevantes exatamente por reiterar as contradições do processo da criação de uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, evidenciar as contradições de ajustes ao modelo indianista, reforçadas pelo descompasso entre as ideias importadas da Europa e o contexto histórico e social brasileiro. Ou seja, vistas na perspectiva apropriada, as contradições da voz poética de em *A lágrima de um caeté* mostram-se reveladoras de uma etapa significativa do processo de construção da identidade brasileira. Os descompassos entre o caeté e o líder praieiro, assim, encenam as dificuldades de aplicarmos um modelo monolítico de identidade num contexto cujo traço singular é justamente a diversidade.

5. Considerações finais

Mostrando-se simpática a um movimento de caráter revolucionário numa obra que conciliava indianismo e apologia aos praieiros, Nísia Floresta negou-se a fazer do índio um elemento que escamoteava as contradições do governo imperial. Dito de outro modo, utilizando-se do indianismo como um meio de manifestar seu posicionamento

político, Nísia Floresta erige um retrato que, em alguns pontos, destoia da imagem estereotipada de nossos românticos.

Em *A lágrima de um caeté*, portanto, a discussão sobre a identidade nacional se desenvolve em bases que ultrapassam a ênfase romântica no exotismo da nação brasileira. A oposição entre Nunes Machado e Vieira Tosta como representação do dissídio entre Brasil e Europa impõe a necessidade de se construir a identidade da nação em outras bases. Não obstante, a voz poética insiste em um dualismo de fundo cristão que não resiste aos dados históricos: a identificação dos praieiros como heróis do povo e defensores da Pátria se dissolve diante do entendimento de que os integrantes do Partido da Praia e do Partido Conservador estavam mais próximos do que o texto permite observar.

Ao associar a luta de um índio caeté contra o colonizador português ao embate dos heróis republicanos da Revolução Praieira contra as tropas do Império, Nísia Floresta permite uma nova perspectiva de discussão sobre a identidade nacional. Na correspondência entre o passado colonial e o presente monárquico, a autora não apenas traz para a cena literária uma insurreição que, de certa forma, questionava o governo de D. Pedro II – o levante praieiro –, como também se coloca favoravelmente ao lado dos revoltosos, não hesitando em conferir o papel de antagonista aos homens que a monarquia destacara para sufocar o movimento. Nesse processo, a obra manifesta a aspiração republicana da autora, representando um exemplo singular de obra indianista da primeira fase do Romantismo brasileiro que, em alguns aspectos, não se filiava ao projeto político e nacional do grupo majoritário representado por D. Pedro II.

Por outro lado, percebemos, mais uma vez, que a correspondência entre o índio caeté e o líder praieiro se revela artificiosa e contraditória: na prática, implica em conciliar o exotismo e a selva, elementos da identidade do caeté, com a civilização e a cultura, traços da identidade de Nunes Machado. Assim, a dificuldade que tem o sujeito poético de *A lágrima de um caeté* em pensar um modelo de identidade que contemple a diversidade faz com que a tentativa de associar o embate entre o índio caeté e o colonizador português com a luta entre praieiros e as tropas imperiais produza dissonâncias no discurso sobre a nação, situando essa questão num quadro de identidade problemática.

Não obstante, as contradições do discurso sobre a nação no referido poema espelham as contradições de uma sociedade em transição entre o velho modelo

oligárquico-patriarcal herdado do período colonial e a modernidade capitalista europeia que se exibia a nossa classe dirigente. Nesse sentido, a discussão sobre a identidade nacional se formula como negação do europeu e, paradoxalmente, o acolhe como referência para a construção de nossa identidade. Essa contradição inscreve, nas malhas de *A lágrima de um caeté*, as marcas de um momento de transição vivido pelo nosso país, cujo discurso da identidade nacional se formulava na fronteira de duas realidades díspares: o mundo aristocrático-escravista americano e o mundo liberal-burguês europeu.

Referências

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *A lágrima de um caeté*. 4 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1997. Edição atualizada com notas e estudo crítico de Constância Lima Duarte (A obra original é de 1849).

CÂMARA, Adauto da. *História de Nísia Floresta*. Rio de Janeiro: Irmãos Potengi, 1941.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: *Revista brasileira de História*, vol. 23, n. 45, São Paulo, julho de 2003. p. 209-38.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal, RN: UFRN, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985 (A obra original é de 1936).

GRILO, Maria Simonetti Gadelha. *Buscando a luz sobre Nísia Floresta Brasileira Augusta*. Natal, RN: Clima, 1989.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. A Revolução Praieira. In: *Revista do Arquivo Público*, v. 5. Recife: Arquivo Público de Pernambuco, 1948.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira: 1848-1849*. Brasília, DF: Senado Federal, 1978.

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1978 (A 1ª edição é de 1849).

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n.º 8. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 166-76.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 (A 1ª edição, publicada em Paris, é de 1897).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução econômica do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966 (A 1ª edição é de 1933).

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004 (Brasilis).

REGO, General Mello. *A Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

REZENDE, Antônio Paulo. *Revolução Praieira*. São Paulo: Ática, 1995 (Guerras e Revoluções Brasileiras).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto/UNESP, 2002. p. 401-42.